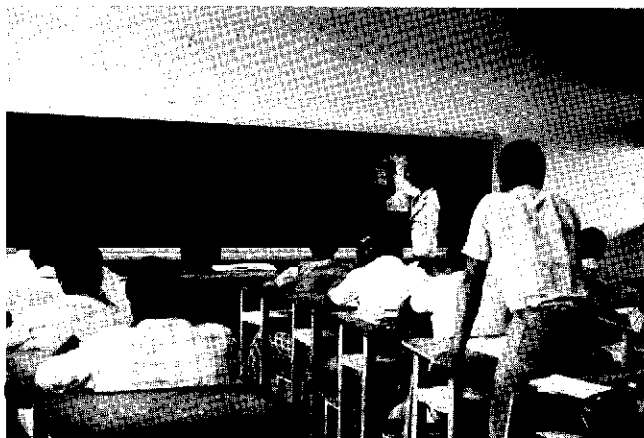


A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO PRIMÁRIO NA REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE

João Marmelo



JOSÉ DE SOUSA MIGUEL LOPES*

“O professor é um agente activo na transformação dos alunos. Cria-lhes a sensibilidade do geral e do particular, do detalhe. Cria o hábito de sermos profundos, e não superficiais, na análise das transformações da vida e do mundo”

Samora Machel - 1980

(1º Presidente da República Popular de Moçambique)

RESUMO

Neste estudo procura-se delinear uma trajetória do que foi a formação de professor do ensino primário (1ª à 4ª séries) em Moçambique.

Começamos por efetivar uma breve abordagem ao sistema educativo como um todo. Para isso, partimos de alguns antecedentes (período colonial e zonas libertadas durante a luta armada da libertação nacional - 1965/1975). Depois, procuramos caracterizar o que foi a Educação no primeiro quinquênio pós-independência (1976/1980) e, finalmente, o que ocorreu no segundo quinquênio, período correspondente aos primeiros cinco anos de implementação do Sistema Nacional de Educação (1981/1985).

Em seguida, ainda utilizando o mesmo referencial cronológico encetamos o estudo da problemática da formação de professores do ensino primário.

DESCRITORES DE ASSUNTO: EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE - período Colonial FORMAÇÃO DE PROFESSORES - Em Moçambique, SISTEMA EDUCACIONAL - em Moçambique.

ABSTRACT

The scope of this paper is to describe the Education and formation of elementary school teachers (working with the four first years) in Moçambique.

To begin with it was necessary to overview the nation's educational system as a whole. The basis for such an approach was the country's colonial period and the areas which were set free during the liberation movements from 1965 to 1975. Secondly we tried to characterize Education during the fifteen years after the country's Independence (1976-1980) and later on, to find out how Education was dealt with in the next fifteen years in which the National System of Education was implemented, that is, from 1981 to 1985. Finally we focused our research on primary school teacher's formation and training programs.

KEY WORDS: Colonial education, freed zones, educational system, - Moçambique teacher's Information. - Moçambique

* Aluno do Curso de Pedagogia da FAE/UFMG Ex-Diretor Nacional de Formação de Quadros de Educação no Ministério de Educação da República Popular de Moçambique

ALGUNS FATOS BÁSICOS SOBRE MOÇAMBIQUE E SUA HISTÓRIA

Moçambique está situado na costa oriental da África, fazendo parte do subcontinente da África Austral. A sua superfície é de 7.999.380 Km². O clima é tropical. Faz fronteira com a África do Sul, Suazilândia, Zimbábwe, Zâmbia, Malawi e Tanzânia. O clima, os rios, os lagos e a topografia conferem a Moçambique grandes potencialidades no domínio agrário, enquanto a costa oferece enormes recursos piscatórios. Entre os recursos minerais avultam o carvão, ferro, bauxita, calcário, tantalite, pedras semipreciosas e gás natural, bem como pequenas quantidades de ouro e cobre.

Administrativamente, o País está dividido em dez províncias¹ e tem uma população de cerca de 14 milhões de habitantes. A capital é Maputo, no Sul, com 1.200.000 habitantes. Oitenta e cinco por cento da população é rural. A densidade populacional é de 16,6 habitantes por Km².

Moçambique ficou sob a influência portuguesa no século XVI, sendo a derrota final da resistência, com a completa ocupação conseqüente, sido atingida no início do século XX. O poder colonial impôs leis retrógradas, submetendo Moçambique a todas as formas de violência cultural, política, econômica e social caracterizadas por um total desprezo pelos valores e pela sociedade local, uma doutrinação católica virulenta e uma forte exploração de trabalhos forçados. Em 1973, existiam cerca de 250.000 colonos, na sua maioria localizados nas cidades.

Quaisquer revoltas contra a exploração eram dominadas por uma repressão violenta. O desespero de não conseguirem atingir, por meios pacíficos, os direitos políticos e econômicos a que tinham direito, bem como a independência do seu próprio país, levou os (trinta) moçambicanos a formar a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) em 1962 e a iniciar, em 1964, a Luta Armada de Libertação Nacional.

Grandes áreas do norte do país foram rapidamente libertadas e, pela primeira vez, os moçambicanos experimentaram ali a sua forma de administração própria. Em 1974, o exército português foi derrotado pela FRELIMO e a independência foi conquistada a 25 de junho de 1975. A FRELIMO enfrentou então a difícil tarefa de reconstruir a sociedade e uma economia que

tinha sido sabotada e reduzida ao caos pelas forças portuguesas e as companhias estrangeiras em retirada. Ela recebe, como herança, uma sociedade que tinha sido edificada sobre a ideologia e a estratégia colonial de dividir para reinar, ideologia esta manifestada por tribalismo, regionalismo, racismo e opressão das mulheres. Os colonos portugueses tinham ocupado todas as posições de trabalho especializado e de escritório e o analfabetismo era de 97%.

A FRELIMO, com a experiência adquirida durante os 10 anos de luta armada, dispôs-se a transformar completamente a sociedade. Seu 3º Congresso (1977) declarou que a economia estava novamente sob controle. Grandes medidas tinham sido já tomadas: nacionalização da terra e de várias empresas no âmbito da agricultura, indústria, comércio, habitação de aluguel, bancos, saúde e educação. A FRELIMO se transforma em Partido Marxista-Leninista, de modo a dirigir o processo de transição para o socialismo. A economia passa a subordinar-se ao planejamento central iniciando-se este com uma série de planos anuais. Contudo, no período que sucedeu ao 3º Congresso, a nação moçambicana se defrontou com problemas de extrema gravidade. Os estados vizinhos, primeiro a Rodésia e depois a África do Sul, realizaram incursões armadas de que resultaram nos últimos 10 anos mais de 600.000 mortos, mais de 6.000.000 de pessoas necessitando de apoio alimentar para poder sobreviver e cerca de 1.000.000 de refugiados em países vizinhos. A isto se soma a sabotagem econômica: destruição de 1863 lojas, de complexos açucareiros e outros complexos agroindustriais, paralisação da produção de chá, bloqueio ao escoamento de carvão. No campo da saúde, 720 centros de saúde e maternidades destruídos privando 2 milhões de pessoas do acesso a cuidados médicos. No domínio da educação, desde 1981 foram desativadas 2.629 escolas primárias e 22 escolas secundárias - 500.000 crianças deixaram de poder estudar e 7.000 professores foram forçados a abandonar a sua atividade e a deslocar-se de suas áreas. Muitos deles foram assassinados ou raptados, bem como muitos alunos cerca de 200.000 crianças órfãs ou que ficaram sem os pais por estes terem sido raptados pelos bandidos armados a soldo do regime do "apartheid" ou terem fugido para outras zonas. Mas o maior crime é a violência física e moral a que o banditismo submete as crianças. Milhares delas foram forçadas a tornarem-se criminosas. Elas vivem sem afeto, amputadas da sociedade a que pertencem pela força. As crianças que conseguem fugir ou as que as forças armadas moçambicanas libertam das bases dos bandidos revelam sinais profundos de traumatismo, não sabem brincar,

1. Designação que corresponde a Estado no Brasil

conversar, não conseguem integrar-se numa vida normal e livre. Os laços familiares quebrados, os efeitos psicológicos da brutalidade e tortura vão deixar feridas e cicatrizes numa geração inteira de moçambicanos.

Desastres naturais (três ciclones, cinco grandes inundações, quatro prolongados períodos de seca) abalaram a sociedade.

Sobre tudo isso, a crise econômica internacional provocou o caos no comércio e no equilíbrio do crédito de Moçambique, limitando muitas áreas na política do investimento. Neste quadro, o fato de a economia ter-se recuperado do caos deixado pelos coloniais em retirada em 1974/75 e ter crescido apreciavelmente no período de 1977 a 1981 foi uma grande vitória para a FRELIMO e atesta também suas raízes populares e poder de mobilização. Contudo, a crise econômica causada pela agressão do regime sul-africano provocou desde 1982 os efeitos devastadores já referidos.

1. O Sistema educativo

À data da independência (1975), a FRELIMO tomou o governo de um país em elevado grau de subdesenvolvimento, com uma economia desequilibrada e uma falta de quadros habilitados. Herdou um sistema educativo de tipo colonial que havia sido estruturado de tal modo que pudesse incentivar principalmente o progresso dos colonos.

1.1. A Educação Colonial

As principais características do ensino colonial, que prevaleceram até a conquista da independência, são:

- a. estabelecimento de dois sistemas de educação:
 - um destinado à maioria da população moçambicana (ensino para indígenas²) dirigido pelas missões;
 - outro reservado à população branca e assimilada³, confiado ao Estado e às instituições particulares;
- b. concepção de ensino como fator de seleção e estratificação social;
- c. unidade entre religião e ensino;
- d. separação entre a teoria e a prática;
- e. programas, planos de curso, livros e manuais reproduzidos segundo os modelos da educação portuguesa;

2. Designação utilizada pelas autoridades coloniais, com sentido pejorativo e nitidamente discriminatório.

3. O assimilado é um africano qualificado como igual a um cidadão português.

- f. caráter urbano da educação escolar;
- g. inexistência da educação de adultos;
- h. caráter secundário e não terminal do ensino técnico. (Sistema Nacional de Educação, p. 12).

1.2. A educação nas zonas libertadas

À medida que o FRELIMO libertou grandes áreas do norte de Moçambique, entre 1965 e 1973, ficou a controlar a sua administração.

Formaram-se professores, prepararam-se programas de ensino, baseados nas realidades nacionais. O espírito de aprender uns com os outros reforçou a unidade nacional. Incentivou-se a educação ligada à produção e à comunidade, a ligação da teoria à prática. A escola passa a ser encarada como centro democrático onde se deveriam desenvolver novos tipos de relação entre professor e aluno. Combate-se a superstição através da educação com uma base científica.

“A experiência das zonas libertadas não podia ser mecanicamente transplantada. A sua extensão a todo o País exigiu um combate duro contra as idéias e os hábitos velhos, de modo a criar uma nova mentalidade num setor onde o inimigo, já derrotado no campo de batalha, ainda tinha uma grande influência” (Sistema Nacional de Educação, p.13)

1.3. O Sistema educativo depois da Independência

Com a Independência Nacional e a nacionalização do ensino privado e missionário, estenderam-se a todas as escolas do País as conquistas do sistema educativo revolucionário iniciado nas zonas libertadas.

Desencadeia-se por todo lado o combate ao analfabetismo generalizado, ao obscurantismo e à ignorância. Rompe-se definitivamente com o conteúdo dos programas de ensino colonial e implantam-se nas escolas estruturas democráticas. Estende-se a todo o povo moçambicano, sem distinção de raça, de cor, de grupo étnico, de origem ou posição social, “o direito e o dever à Educação” consagrados na Constituição.

O povo compreendeu a importância do acesso à ciência, à técnica e à cultura, e assumiu o princípio da importância do estudo.

A rede escolar no ensino primário estendeu-se a todo o território nacional. Em cada aldeia comunal e mesmo localidade mais distante o camponês tem escola para o seu filho.

“Três anos após a Independência, os efectivos do ensino primário tinham crescido de 672.000 alunos em 1975, para 1.430.000 em 1978. No ensino secundário, no mesmo período, cresceram de 23 mil para 68 mil alunos”.

Contudo, a estrutura do sistema educativo não se alterou. Modificaram-se apenas os conteúdos do ensino com o objetivo de adaptá-los à realidade concreta do País

“A maior parte dos nossos estudantes encontra-se ainda marcada pela educação tradicional e pela educação colonial. Muitos conseguem conciliar o mundo complexo da tradição com as hesitações religiosas que o Islão ou o Cristianismo nos legaram, e ainda sobrepor uma terceira atitude, aparentemente não contraditória, da vivência dos princípios duma educação revolucionária” (Sistema Nacional de Educação, p. 13).

1.4. Reestruturando o sistema educativo

Em 1980, iniciou-se o trabalho de reestruturação do sistema educativo, tendo em vista criar as bases para a sua total reforma.

O Sistema Nacional de Educação visa alcançar três grandes objetivos:

- erradicação do analfabetismo;
- introdução dum sistema de escolaridade obrigatório;
- formação de quadros para as necessidades do desenvolvimento socioeconómico do país.

“Deve assegurar a melhoria da qualidade do ensino, o que exige um maior conhecimento do universo cultural e psicológico do aluno, uma nova estratégia da formação de professores, uma investigação pedagógica aprofundada que permita utilizar metodologias de ensino e critérios de avaliação eficazes, bem como elaborar programas e manuais de ensino adequados” (Sistema Nacional de Educação, p. 15).

Como refere JOHNSTON (1986),

“Os seus princípios diretores são os seguintes:

- unidade interna dos objetivos, métodos e conteúdos, garantindo uma

coesão entre todos os níveis e componentes;

- correspondência entre finalidades, conteúdos e estrutura da educação, por um lado, e o desenvolvimento das forças produtivas, relações de produção e necessidades sociais, por outro, implicando um processo permanente e sistemático de revisão;
 - articulação, integração e equivalência, permitindo uma mobilidade completa dentro do sistema como um todo, de modo que uma continuidade de estudo deva ser sempre possível”.
- (p. 38)

2. A formação de professores

Quando se proclamou a Independência, Moçambique dispunha de um pequeno contingente de professores moçambicanos, mas unicamente em nível de ensino primário.

2.1. A formação de professores no colonialismo

A formação de professores foi iniciada no começo do presente século pela administração colonial, mas só em 1930 se instituiu dentro do sistema de “ensino para indígenas”.

Para poder frequentar a Escola de Habilitação de Professores, era obrigatório possuir a nacionalidade portuguesa, o que equivalia a ter adquirido o estatuto de assimilado, por sua vez indispensável para o exame da 4ª classe, base de ingresso na Escola de Habilitação. A adoção de um nome cristão e o batismo eram também condições para ser aceite.

A metrópole colonial nunca consentiu que a formação de professores secundários e do magistério fosse realizada em Moçambique. Desta forma, o sistema colonial assegurava o controle político e ideológico da formação de professores, segundo os seus interesses de dominação e conforme a sua política de discriminação. Só a partir de 1962 abre-se na capital, Lourenço Marques (atual Maputo), a primeira Escola do Magistério Primário destinada essencialmente aos filhos dos colonos, numa altura em que a população branca atinge uma relativa densidade nos grandes centros urbanos.

Em 1964, o regime colonial se defronta com fatos novos. A África já tinha iniciado a sua marcha pela independência e os movimentos nacionalistas das colónias portuguesas haviam desencadeado a luta armada. A Comunidade Internacional, consciente destas

transformações, exige o reconhecimento do direito dos povos à sua libertação. Por outro lado, as próprias exigências internas do desenvolvimento do capitalismo, em Moçambique, requeriam também certas reformas na política educacional.

Assiste-se então ao recrutamento freqüente e cada vez mais insistente de professores eventuais e de monitores. Não tendo direito a férias pagas, contratados anualmente sob proposta do diretor da escola, sem direito a assistência médica e social, sem reforma, sem nenhum direito, os eventuais e os monitores eram uma solução economicamente barata e politicamente monóvavel.

2.2. A formação de professores nas zonas libertadas

Durante a Luta Armada de Libertação Nacional, lançar e estender um programa de Educação nas condições em que se encontravam as zonas libertadas não era uma tarefa fácil. Era uma tarefa que exigia: criar escolas onde elas não existiam e formar professores rapidamente, a partir de combatentes e quadros com baixo nível de escolarização. Os camponeses, os combatentes dedicaram-se ao estudo para poder ensinar e transformaram-se em professores exemplares. Foram estes professores que, aprendendo a ensinar ensinando, construindo e defendendo a escola dos bombardeamentos, produzindo a alimentação, os manuais, o giz e o quadro negro contribuíram para que no final da guerra mais de 30.000 alunos freqüentassem a escola primária e mais de 500 o ensino secundário.

“Durante o período colonial cerca de 98% da população eram analfabetos. Assim se compreende que poucos entre os militantes da FRELIMO destacados para a frente do ensino tivessem a 4ª classe. Preparados com cursos de pequena duração e reciclagens para elevação do nível científico em que se sublinhava a im-

4. O autor, na altura, era professor e diretor de escola primária na capital do País. É chamado a trabalhar no Ministério de Educação e cultura, na Comissão de Formação de Quadros, estrutura que dirige toda a formação de professores primários na República Popular de Moçambique. Alguns meses depois passa a dirigir a referida Comissão até 1979. Em seguida é destacado como Diretor Provincial de Educação e Cultura de Maputo (que englobava a capital do País) onde permaneceu até 1984. Neste ano, de novo assumiu funções no Ministério de Educação, onde passa a dirigir a recém-criada Direção Nacional de Formação de Quadros da Educação (estrutura originada da antiga Comissão de Formação de Quadros) agora responsável por toda a formação de professores primários e outros quadros da educação. Deixou estas funções em março de 1988, em virtude de ter vindo para o Brasil cursar Pedagogia.

portância da sua tarefa política, foram eles que prepararam e formaram novos professores... Os alunos que concluíam a 4ª classe eram chamados para, entre outras tarefas, ensinar a primeira e segunda classes, engrossando assim o número de professores e permitindo que os primeiros professores se aperfeiçoassem e elevassem o seu nível nos cursos de reciclagem” (Relatório da Comissão Coordenadora Nacional à Conferência Nacional Constituinte da O.N.P., p. 10-11)

2.3. A formação de professores após a Independência⁴

A 24 de julho de 1975, a nacionalização do ensino particular e missionário abolia os aspectos discriminatórios do ensino colonial, ao mesmo tempo que dava possibilidades aos seus professores de se integrarem no novo projeto do ensino.

A nacionalização do ensino veio acentuar a saída de professores diplomados, na sua quase totalidade estrangeiros.

“No ensino primário, em 1975 os professores de 1º grau representavam já somente 4,04% dos professores primários. Em 1978 este número reduziu-se para 1,01%” (Relatório da Comissão Coordenadora Nacional Constituinte da O.N.P., p. 13)

Para fazer face a esta elevada carência de professores, em 1975 foram criados 10 Centros de Formação de Professores Primários (C.F.P.P.), um em cada Província. No início os cursos tinham duração de 4 meses, depois de 6 meses, passando em seguida a terem a duração de 1 ano. O nível de ingresso era a 6ª classe. Os cursos eram realizados em regime de internato. Quando os cursos passaram a ter 1 ano de duração, o plano de estudos passou a totalizar 1.120 horas letivas sem incluir o estágio. As disciplinas constantes do currículo compreendiam: Educação Política e Educação Cívica (Área Sócio-política), Pedagogia e Psicologia (Área Psicopedagógica) e Português, Matemática, História, Ciências Naturais, Geografia, Educação Física, Atividades Laborais, Educação Estética e respectivas metodologias (Área de formação/Metodologia). Constatavam ainda as atividades extra-curriculares (atividades produtivas, atividades desportivas e atividades socioculturais). Junto a cada C.F.P.P. existia a Escola Anexa (escola primária de 1ª a 4ª classe) onde os futuros professores realizavam aulas práticas.

Importa destacar que

“Até 1981 esses Centros formaram 10.200 professores” (Relatório do Comitê Central ao 4º Congresso do Partido FRELIMO, p. 53).

É de referir que embora com formação, este professor só se afirma realmente como professor depois de três, quatro ou cinco anos de docência. O que significa que embora os números tenham crescido, a qualidade do ensino só se vai produzir após certos anos de experiência profissional por parte do corpo docente - jovem, sem experiência de vida e profissional.

Uma ação importante ocorreu no âmbito da reciclagem de professores primários. Até 1980 existiam quatro Centros de Reciclagem (cursos de 4 meses) e por eles passaram cerca de 15.000 professores, entre os que não tinham formação quando da proclamação da Independência e os que tiveram formação realizada nos primeiros anos.

2.4 Reestruturando o sistema de formação de professores

Em 1981, altura em que é aprovado o Sistema Nacional de Educação, a situação do domínio da formação de professores caracteriza-se por:

- ausência de uma política centralizada de formação de professores, o que determina um desenvolvimento desigual nos diferentes tipos e níveis;
- dispersão das ações de formação por diferentes estruturas estatais, sem a necessária articulação entre as mesmas e sem uma orientação centralizada;
- diversidades nos métodos de formação e nos próprios conteúdos programáticos de disciplinas comuns aos vários tipos de formação;
- existência, no mesmo nível de ensino, de professores com habilitações muito diversificadas, o que exige a adopção de caminhos diferentes nas ações de formação e aperfeiçoamento;
- ausência de uma utilização racional dos recursos humanos disponíveis, muitas vezes em prejuízo de certos níveis de ensino, como sucede em particular com o Ensino Primário;
- ingresso nos cursos de formação de professores de candidatos com níveis de habilitação igual ao nível em que vão ensinar, o que origina baixo nível na formação;
- ausência de uma planificação coerente da formação permanente;

- ausência de definição da carreira docente de uma articulação vertical entre os vários cursos de formação de professores;
- ausência de adequada orientação, mobilização e seleção dos candidatos aos cursos de formação de professores” (Sistema Nacional de Educação, p. 85).

Uma das primeiras medidas tomadas no âmbito da formação de professores do ensino primário foi o aumento da duração dos cursos de um para três anos, mantendo contudo o mesmo nível de ingressos: 6ª classe. Foram revistos os programas e manuais. O plano de estudos passa a totalizar 3.513 horas, excluindo o estágio. Este passa a realizar-se a meio do 3º ano do curso e com a duração de dez semanas. As disciplinas constantes do currículo compreendiam: Marxismo-Leninismo (Área Político-Ideológica), Pedagogia e Psicologia (Área Psicopedagógica), Português, Matemática, História, Geografia, Física, Química e Biologia (Área de formação geral), Metodologia do Português, da Matemática, da História da Geografia, das Ciências Naturais, da Educação Física, das Actividades Laboratoriais, da Educação Estética e da Música (Área da formação de especialidade). Constam ainda as actividades extra-curriculares (Actividades de produção, Actividades de Ligação à Comunidade e Actividades Culturais).

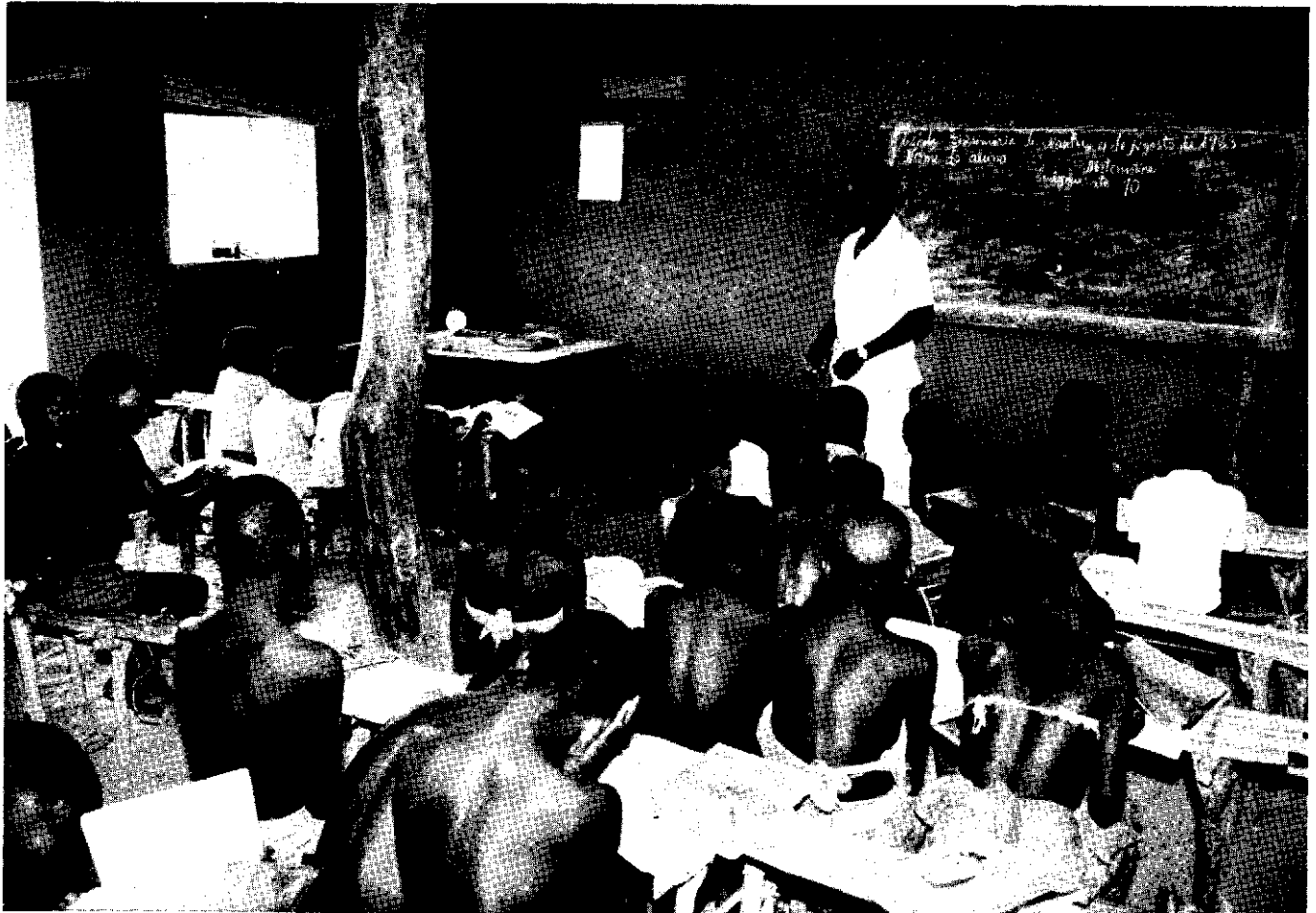
Foram formados nestes cursos de 3 anos, no período de 1981 a 1985 cerca de 5.000 professores.

A formação de professores passa a ser concebida, dirigida e coordenada por um órgão do Ministério da Educação - a Direção Nacional de Formação de Quadros da Educação.

A partir de 1990 previam-se ingressos com a 7ª classe e a partir de 1993 ingressos com a 10ª classe.

Importa referir que a passagem da situação vivida em 1991 para o modelo preconizado no SNE envolve uma profunda transformação quantitativa e qualitativa:

- de baixa frequência e fraca capacidade física no Ensino Secundário naquele período, o que origina uma enorme insuficiência de graduados durante os anos subsequentes;
- quase inexistência de infra-estruturas, corpo docente e pessoal qualificado para a formação de professores;
- nível e tipo de formação inadequados da esmagadora maioria do corpo docente moçambicano, que implica um vasto período de requalificação;
- insuficiência de recursos materiais e do conhecimento pedagógico necessários para proporcionar um



Em 1975 foram criados 10 centros de formação de professores primários, um em cada província

ritmo evolutivo suficientemente rápido.

Para que seja possível levar à prática e consolidar gradualmente o Sistema Nacional de Educação, ao longo da década 80/90 preconizam-se a adopção de sucessivas formas de transição que permitam realizar, passo a passo, o crescimento da rede escolar e a melhoria da qualidade do ensino, sem perder de vista o modelo final:

“Durante o mesmo período deverá ser desenvolvida a formação em exercício, de forma a garantir aos professores atualmente em serviço e aos que serão formados na década a sua gradual passagem aos sucessivos níveis de modelo de transição e, posteriormente, aos do modelo final” (Sistema Nacional de Educação, p. 95).

Não podem deixar de ser referenciados os efeitos da guerra de agressão movida pelo regime do “apartheid” contra Moçambique, sobretudo no campo da

educação e mais particularmente no domínio da formação de professores:

“Até 1885 as ações dos bandidos armados levaram ao encerramento de cerca de 3000 escolas, com a destruição de metade delas, deixando 314.000 alunos sem acesso à frequência normal de escolas. No campo, cerca de 5.000 professores foram obrigados a abandonar as suas escolas 125 professores foram mortos ou dados como desaparecidos. Três Centros de Formação de Professores tiveram de ser encerrados” (New Schools for old - Mozambique briefing, p. 13).

3. Conclusões

Na formação de professores o que se preconiza é o progressivo ingresso de indivíduos altamente habilitados e maior duração e qualidade dos cursos. Parale-

lamente, e com o fim de implementar e alcançar os objetivos do SNE, será necessário formar, reciclar e aperfeiçoar um grande número de professores.

Ao analisar a procura em nível primário, JOHNSTON (1986) refere:

“que a procura dependerá do programa de introdução da escolaridade obrigatória, mas, por volta de 1990, serão necessários pelo menos 20.000 (possivelmente mais de 30.000) novos professores primários, isto sem mencionar a formação em serviço de uns 12.000 professores sem formação” (p.143)

As Diretrizes do 4º Congresso na área de formação de professores orientam que:

“A formação de professores é uma tarefa central e a garantia para o desenvolvimento da educação em nível nacional, pelo que devemos:

- promover a formação integral e qualitativa para, a partir de critérios objetivos de classe e de orientação vocacional, gradualmente formarmos um corpo docente com sólidos conhecimentos científicos, técnicos e pedagógicos;
- definir o estatuto do professor e a carreira docente com o objetivo de se dignificar a atividade de docência.

Em 1985, devem ingressar nos diferentes centros de formação de professores entre 2.900 a 3.100 alunos, e devemos graduar entre 2.600 a 2.800 alunos. No triênio, devemos graduar 6.600 a 7.000 novos professores, o que significa um aumento de 30% em relação ao corpo docente nacional existente em 1982” (Diretivas Econômicas e Sociais do Partido Frelimo ao 4º Congresso, p. 63).

Fica claro que uma das questões mais importantes na batalha da educação reside no professor. Para educar não basta saber ensinar as matérias do programa. É preciso saber compreender e entender a tradição cultural, a organização social e familiar de onde provém o aluno. O professor tem de estabelecer uma relação com o seu aluno que vai além do processo de ensino e de aprendizagem. Tem de reconhecer o seu caráter; compreender as potencialidades e limitações de cada aluno; deve saber libertar a personalidade de cada criança e de cada jovem, valorizar os seus talentos. A maioria dos professores moçambicanos são, eles próprios, jovens. Têm de ganhar a maturidade e a mentalidade que farão deles os principais transformadores e orientadores da personalidade dos alunos. Deram-se, na primeira década da independência, importantes passos no campo da formação de professores primários. Mas muito há ainda por fazer em quantidade e em qualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

a) Publicações moçambicanas

1. **Educação é uma conquista popular** - “Notícias”, Maputo, 13/04/85.
2. **Directivas Econômicas e sociais do Partido Frelimo ao 4º Congresso**, INLD, Maputo, 1983.
3. **New Schools for old - Moçambique briefing**. Information Department, Frelimo Party Central Committee, Maputo, 1987.

4. **Relatório da Comissão Coordenadora à Conferência Nacional Constituinte da ONP**. Maputo, 1981.

5. **Relatório do Comité Central ao 4º Congresso do Partido Frelimo**. INLD, Maputo, 1983.

6. **Sistema Nacional de Educação - Linhas Gerais**. INLD, Maputo, 1985.

b) Outras publicações

7. JOHNSTON, Anton. **Educação em Moçambique - 1975 - 1984** SIDA Estocolmo, 1986.